



nº 81 – setembro de 2016

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2016

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2016

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresenta o balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2016. Neste estudo, foram analisados os reajustes de 304 unidades de negociação dos setores da Indústria, do Comércio e dos Serviços em todo o território nacional.

Em linhas gerais, os dados confirmam o momento adverso pelo qual passam as negociações coletivas brasileiras. Pouco menos de um quarto dos reajustes – cerca de 24% – resultaram em aumentos reais aos salários, 37% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 39%, reajustes abaixo, tomando por referência a variação do INPC-IBGE¹ em cada data-base.

Em função deste quadro, a variação real média dos reajustes no primeiro semestre foi negativa: 0,50% abaixo da inflação.

Trata-se do pior desempenho das negociações por reajustes salariais de primeiro semestre desde 2003.

Resultados

No primeiro semestre de 2016, apenas 24% das unidades de negociação analisadas pelo DIEESE conquistaram ganhos reais aos salários, segundo comparação com da inflação medida pela variação INPC-IBGE. Os ganhos foram, em sua maioria, de até 0,5%, como mostra a Tabela 1.

Em 37% das negociações foram observados reajustes iguais à inflação; e as que registraram reajustes abaixo da inflação, representaram aproximadamente 39% do total, sendo que 11% resultaram em perdas de até 0,5% e 29%, em perdas de até 2% (Tabela 1).

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE
Brasil, janeiro a junho de 2016

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	74	24,3
mais de 1% acima	2	0,7
de 0,51% a 1% acima	4	1,3
de 0,01% a 0,5% acima	68	22,4
Igual ao INPC-IBGE	112	36,8
de 0,01% a 0,5% abaixo	32	10,5
de 0,51% a 1% abaixo	20	6,6
de 1,01% a 2% abaixo	37	12,2
de 2,01% a 3% abaixo	15	4,9
de 3,01% a 4% abaixo	10	3,3
mais de 4% abaixo	4	1,3
Abaixo do INPC-IBGE	118	38,8
Total	304	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

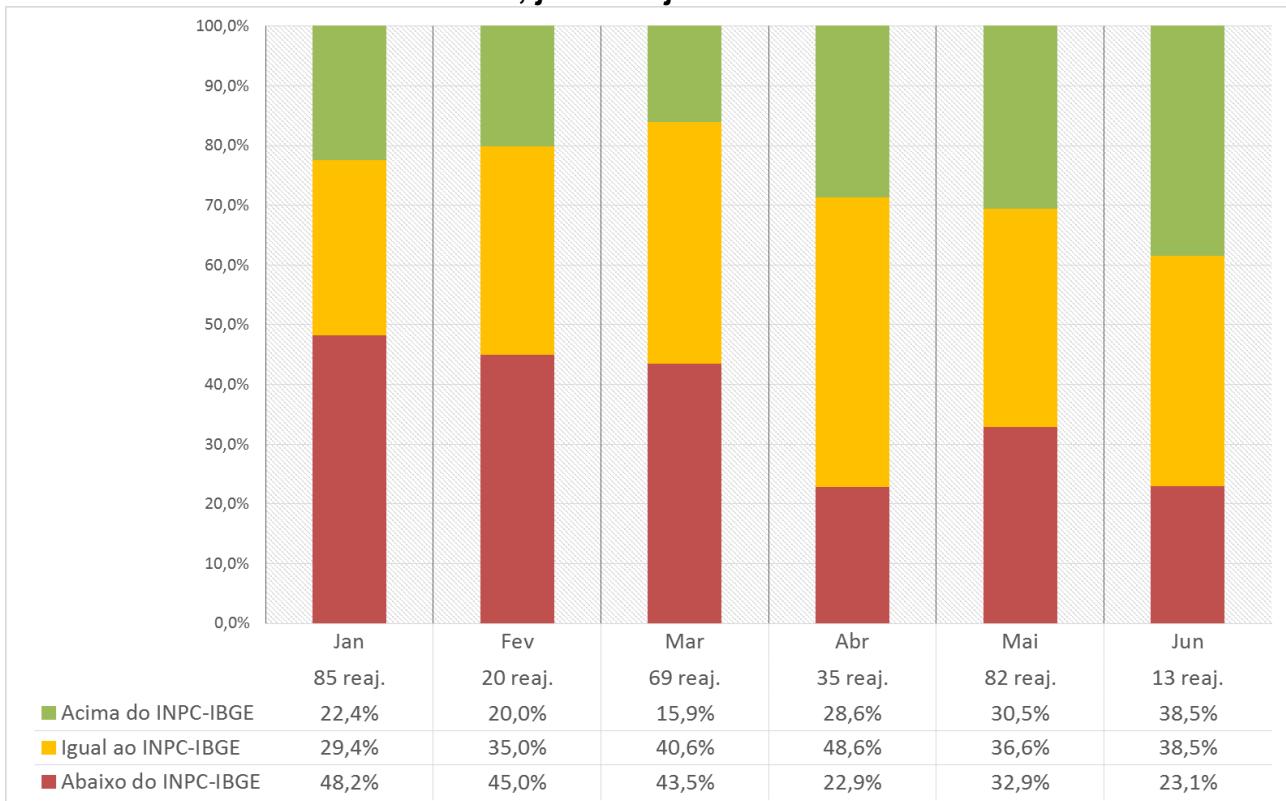
Reajustes salariais por data-base

Em todo o primeiro semestre, o mês de janeiro é o que apresenta o maior percentual de negociações com reajustes abaixo do INPC-IBGE: 48% (Gráfico 1).

Nos dois meses seguintes, observou-se uma queda na proporção de reajustes inferiores à inflação e um aumento significativo na proporção dos reajustes em valor igual. Quanto aos aumentos reais, constatados em apenas 22% das negociações de janeiro, tiveram a ocorrência reduzida para 20% em fevereiro e depois para 16% em março.

No entanto, a partir de abril, aumenta a proporção de reajustes com ganhos reais, atingindo o percentual de 39% em junho, em que pese o pequeno número de negociações computadas nessa data-base (ver Tabela 6, no anexo).

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação
com a variação do INPC-IBGE, segundo data-base
Brasil, janeiro a junho de 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O quadro analisado veio se configurando desde, pelo menos, fevereiro de 2015, como pode ser observado nos Gráficos 2 e 3, a seguir. O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos reajustes salariais por data-base desde 2012, e o Gráfico 3, a variação real média dos reajustes por data-base em igual período.

Entre 2012 e o início de 2015, nota-se uma certa regularidade no comportamento das negociações salariais. Há uma prevalência de reajustes acima da variação do INPC-IBGE e raros casos de reajustes abaixo da variação desse índice²; e identificaram-se, em todos os meses do intervalo, aumentos médios reais superiores a, no mínimo, 0,25%, embora com oscilações³.

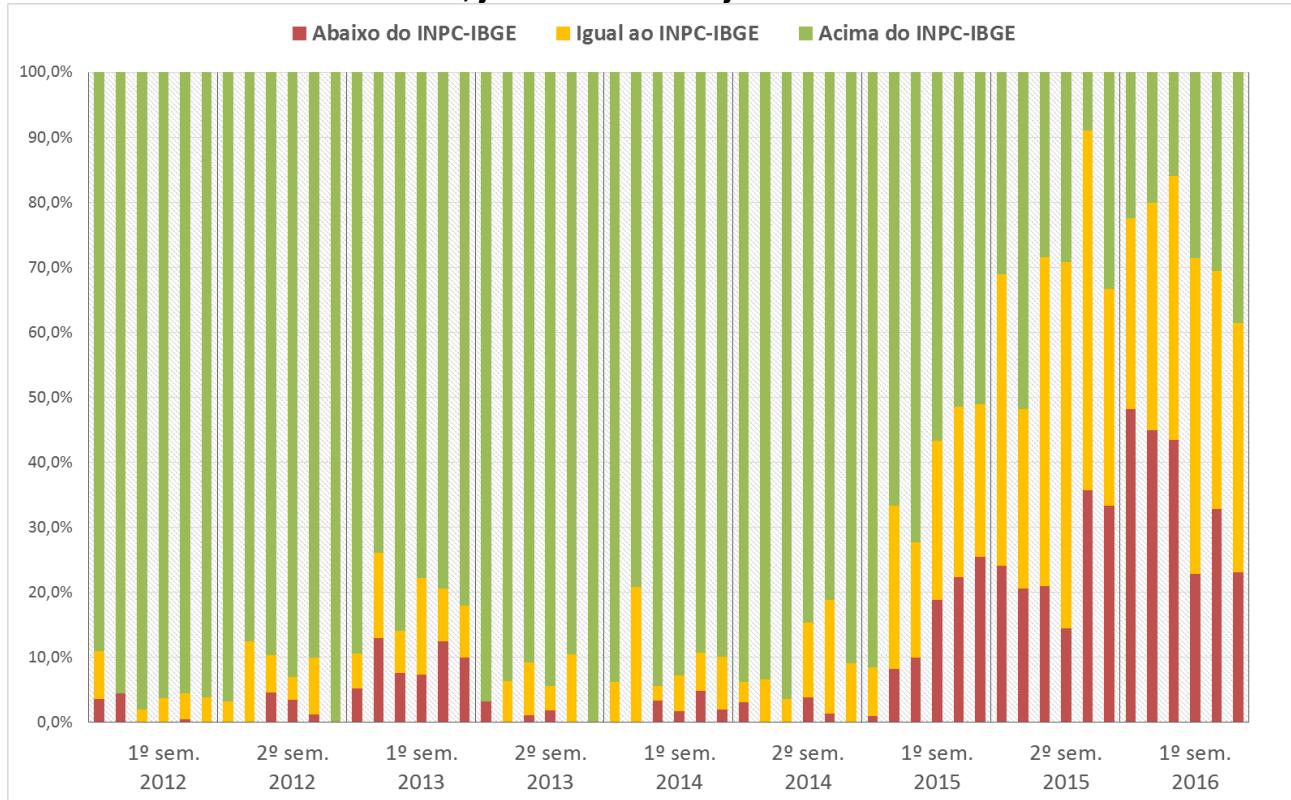
O quadro começa a mudar a partir de fevereiro de 2015. A proporção de reajuste abaixo da inflação começa a subir, assim como daqueles em valor igual, e cai a dos reajustes com

² Com exceção do primeiro semestre de 2013, quando as perdas não foram tão raras. No entanto, tal resultado não altera a tendência captada.

³ Eventuais considerações a respeito das flutuações observadas no período fogem ao escopo do presente estudo.

incorporação de ganhos reais⁴. A variação real média começa uma escala descendente, tornando-se negativa a partir de julho de 2015.

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação
com a variação do INPC-IBGE, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2016

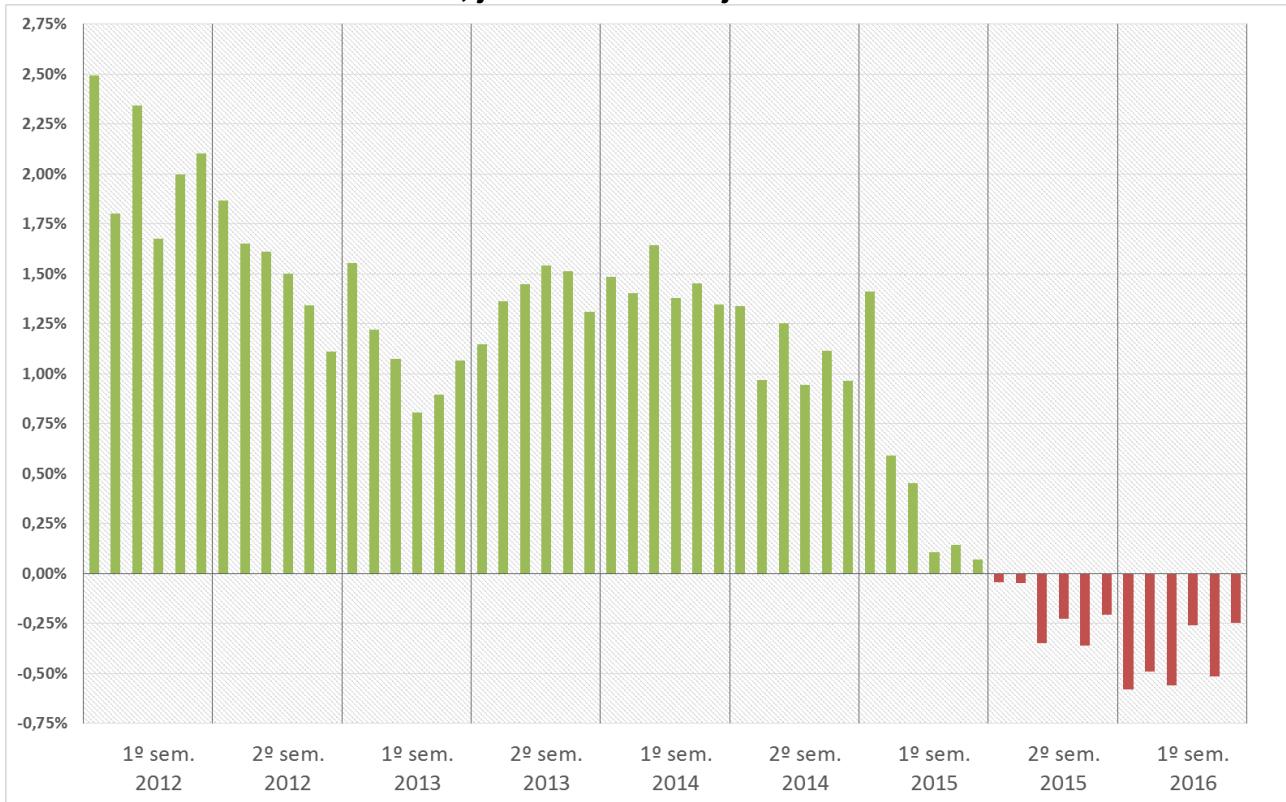


Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes negociados pelas unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE

⁴ Em que pese algumas oscilações na tendência geral, como a da primeira metade do segundo semestre de 2015.

GRÁFICO 3
Variação real média dos reajustes, segundo o INPC-IBGE, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

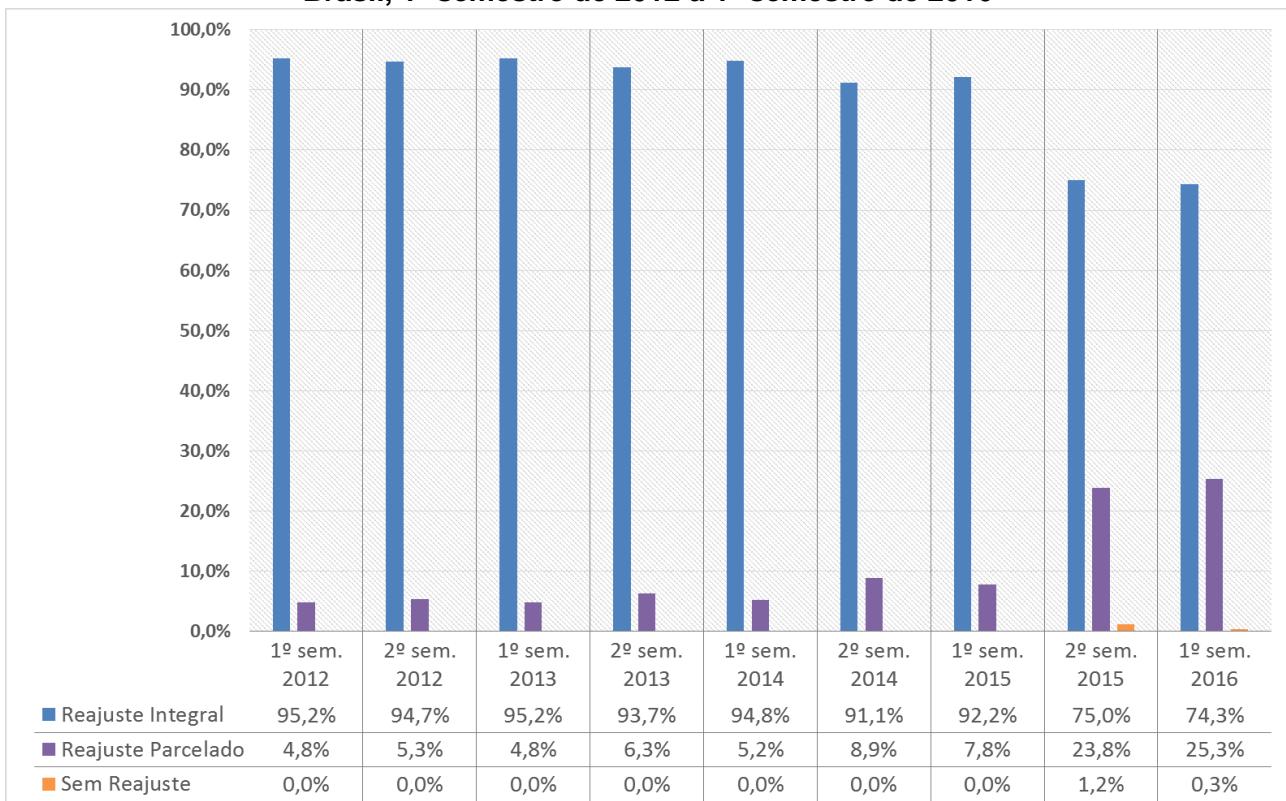
Obs.: Foram considerados os reajustes negociados pelas unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE

Reajustes parcelados, escalonados e pagamento de abono salarial

No primeiro semestre de 2016, cerca de 74% dos reajustes salariais analisados foram pagos de forma integral; e 25%, pagos em duas ou mais parcelas⁵. Os percentuais são próximos dos observados no segundo semestre de 2015, e muito diversos do registrados nos sete semestres anteriores (Gráfico 4).

⁵ Uma unidade de negociação, referente a uma instituição de ensino profissional, fechou acordo em torno do não pagamento de reajuste salarial neste ano. No segundo semestre de 2015, três negociações acompanhadas pelo SAS-DIEESE fizeram o mesmo: duas do setor industrial (extrativa e metalúrgica) e uma do setor de serviços (transportes ferroviários).

GRÁFICO 4
Reajustes salariais, segundo forma de pagamento
Brasil, 1º semestre de 2012 a 1º semestre de 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

No que se refere à concessão de abonos salariais e ao pagamento escalonado de reajuste (pagamento diferenciado de reajuste segundo faixas salariais definidas), nesta análise será feita a comparação entre os acordos realizados nos anos de 2012 a 2016 pelas mesmas 304 unidades de negociação consideradas no presente balanço semestral⁶ (Tabela 2).

O que se observa no primeiro semestre de 2016 é o crescimento significativo na proporção de negociações com reajuste escalonado. Entre 2012 e 2015, cerca de 20% das 304 unidades de negociação pagavam reajustes de forma escalonada. Em 2016, esse percentual sobe para 34%.

Quanto ao pagamento de abonos salariais, os patamares praticamente não se alteram.

⁶ No painel de negociações do SAS-DIEESE, o pagamento escalonado de reajuste e a concessão de abono salarial são mais frequentes nas categorias do segundo semestre do que nas do primeiro. A razão de tal disparidade deve ser buscada na análise das particularidades de cada negociação, uma vez que os abonos e escalonamentos decorrem mais das práticas negociais consolidadas do que de fatores conjunturais (embora estes também pesem). Dessa forma, para a maior clareza da análise pretendida, que visa captar mudanças na conjuntura das negociações coletivas, optou-se aqui por comparar as alterações ocorridas nas mesmas unidades de negociação ao invés de comparar alterações entre semestres sucessivos.

TABELA 2
Reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2012-2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Escalonamento	22,0%	20,4%	19,7%	21,4%	33,6%
Abono salarial	2,3%	3,6%	1,6%	2,3%	2,0%
Sem escalonamento e abono	75,7%	75,7%	77,6%	78,0%	65,5%
Sem informação⁽¹⁾	2,0%	2,0%	2,0%	0,0%	0,0%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (1) Conjunto das 304 unidades de negociação sem reajuste informado ao SAS-DIEESE.

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 304 unidades de negociação.

b) A soma dos percentuais pode ser superior a 100% dado que uma mesma unidade de negociação pode adotar o escalonamento do reajuste e pagar abono salarial.

Reajustes salariais por setores econômicos

Na Indústria, cerca de 21% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais aos salários, 33% ficaram abaixo da inflação e 46% tiveram valores iguais à variação do INPC-IBGE.

No Comércio, o percentual de negociação com reajuste igual à inflação foi menor: 36%. Negociações com aumento real representaram 26% do painel do setor e negociações com perdas reais, quase 39%.

Dos três setores, os Serviços apresentaram a maior proporção de reajustes acima e abaixo do INPC-BGE, 27% e 44%, respectivamente. Por conseguinte, foram os que apresentaram a menor proporção de reajustes em valor igual à inflação (Tabela 3).

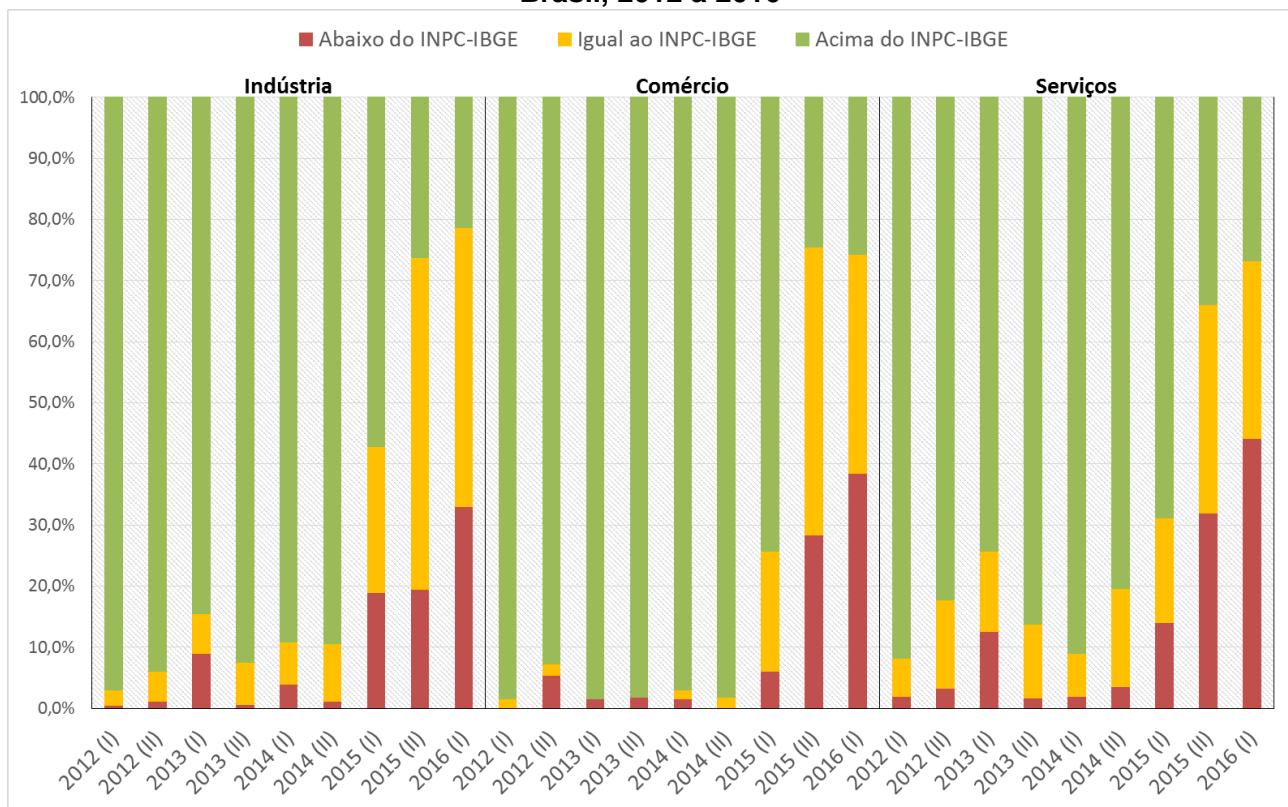
TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE,
por setor econômico
Brasil, janeiro a junho de 2016

Variação	Indústria		Comércio		Serviços	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	27	21,3	10	25,6	37	26,8
mais de 1% acima	1	0,8	0	0,0	1	0,7
de 0,51% a 1% acima	0	0,0	3	7,7	1	0,7
de 0,01% a 0,5% acima	26	20,5	7	17,9	35	25,4
Igual ao INPC-IBGE	58	45,7	14	35,9	40	29,0
de 0,01% a 0,5% abaixo	5	3,9	6	15,4	21	15,2
de 0,51% a 1% abaixo	7	5,5	3	7,7	10	7,2
de 1,01% a 2% abaixo	13	10,2	3	7,7	21	15,2
de 2,01% a 3% abaixo	9	7,1	1	2,6	5	3,6
de 3,01% a 4% abaixo	5	3,9	2	5,1	3	2,2
mais de 4% abaixo	3	2,4	0	0,0	1	0,7
Abaixo do INPC-IBGE	42	33,1	15	38,5	61	44,2
Total	127	100,0	39	100,0	138	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O Gráfico 5 mostra a distribuição dos reajustes salariais nos setores desde o primeiro semestre de 2012. Em todos setores, a piora no quadro das negociações salariais se mostra desde o primeiro semestre de 2015.

GRÁFICO 5
**Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE,
por setor econômico e semestre**
Brasil, 2012 a 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A Tabela 4 traz a distribuição dos reajustes salariais segundo as atividades econômicas acompanhadas pelo DIEESE. Na indústria, algumas categorias se destacaram, como a dos metalúrgicos, urbanitários e têxteis, com maior incidência de reajustes acima ou igual à inflação. Nos serviços, os profissionais da educação (professores e auxiliares administrativos) e os vigilantes também se destacaram.

Por outro lado (ignorando as atividades com poucos registros computados no semestre), as que apresentaram a maior proporção de reajustes abaixo da inflação foram as negociações dos extrativistas e dos trabalhadores em vestuário, na indústria, e dos profissionais em processamento de dados, serviços de saúde, transportes e turismo e hospitalidade, no setor de serviços, assim como no comércio de minérios e derivados de petróleo, no setor de comércio.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE,
segundo setor e atividade econômica
Brasil, janeiro a junho de 2016

Setor / Atividade	Comparação com o INPC			Reajustes	
	acima	igual	abaixo	nº	%
Indústria	21,3%	45,7%	33,1%	127	100%
Alimentação	11,8%	41,2%	47,1%	17	100%
Artefatos de Borracha	0,0%	0,0%	100,0%	1	100%
Construção e Mobiliário	18,2%	54,5%	27,3%	33	100%
Extrativista	0,0%	33,3%	66,7%	3	100%
Fiação e Tecelagem	14,3%	71,4%	14,3%	7	100%
Gráfica	22,2%	55,6%	22,2%	9	100%
Instrumentos Musicais e Brinquedos	0,0%	0,0%	100,0%	1	100%
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	39,1%	47,8%	13,0%	23	100%
Papel, Papelão e Cortiça	33,3%	33,3%	33,3%	3	100%
Química e Farmacêutica	27,3%	27,3%	45,5%	11	100%
Urbana	33,3%	66,7%	0,0%	3	100%
Vestuário	12,5%	31,3%	56,3%	16	100%
Comércio	25,6%	35,9%	38,5%	39	100%
Minérios e Derivados de Petróleo	40,0%	0,0%	60,0%	5	100%
Propagandistas e Vend. Prod. Farmacêuticos	50,0%	0,0%	50,0%	2	100%
Varejista e Atacadista	21,9%	43,8%	34,4%	32	100%
Serviços	26,8%	29,0%	44,2%	138	100%
Agentes Autônomos no Comércio	25,0%	25,0%	50,0%	4	100%
Bancos e Seguros Privados	62,5%	0,0%	37,5%	8	100%
Comunicações, Public. e Empresas Jornalísticas	14,3%	57,1%	28,6%	7	100%
Difusão Cultural	0,0%	66,7%	33,3%	6	100%
Educação	26,9%	57,7%	15,4%	26	100%
Processamento de Dados	0,0%	0,0%	100,0%	4	100%
Segurança e Vigilância	43,8%	37,5%	18,8%	16	100%
Serviços de Saúde	22,2%	11,1%	66,7%	9	100%
Transportes	33,3%	11,1%	55,6%	18	100%
Turismo e Hospitalidade	20,0%	17,5%	62,5%	40	100%
Total	24,3%	36,8%	38,8%	304	100%

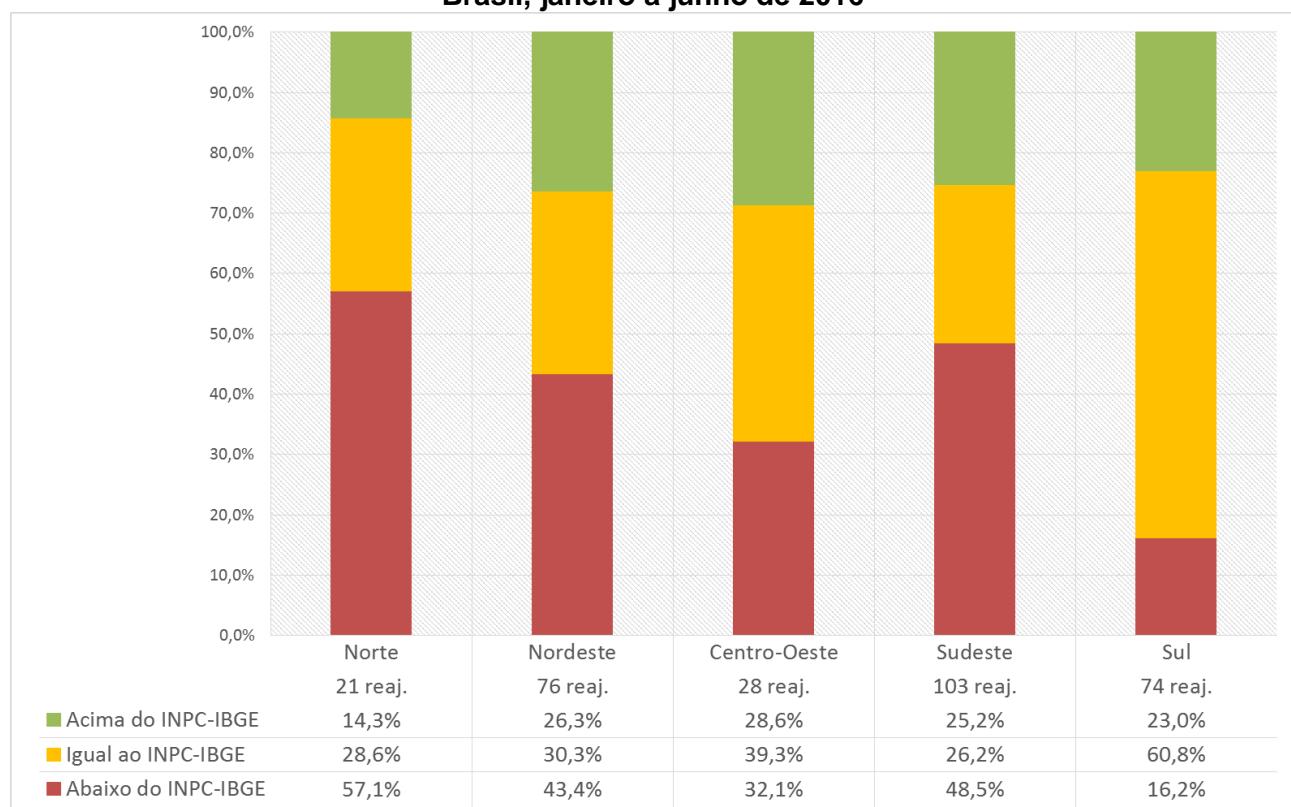
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por regiões geográficas

Não há diferenças significativas na proporção dos reajustes acima da inflação entre as regiões geográficas. Excetuando a região Norte, onde aumentos reais foram observados em 14% das negociações coletivas analisadas, nas demais regiões o percentual de negociações com aumento real girou em torno de 27%.

Porém, diferenças significativas são vistas na proporção dos reajustes iguais e abaixo da inflação. A região Sul foi a que apresentou a menor incidência de correções inferiores à inflação, e a maior em reajustes iguais à inflação. As regiões Norte e Sudeste registraram as maiores proporções de reajustes abaixo do INPC-IBGE: 57% e 49% dos casos, respectivamente. No Nordeste, 43% dos reajustes ficaram abaixo da inflação e no Centro-Oeste, 32%.

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com
o INPC-IBGE, por região geográfica
Brasil, janeiro a junho de 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

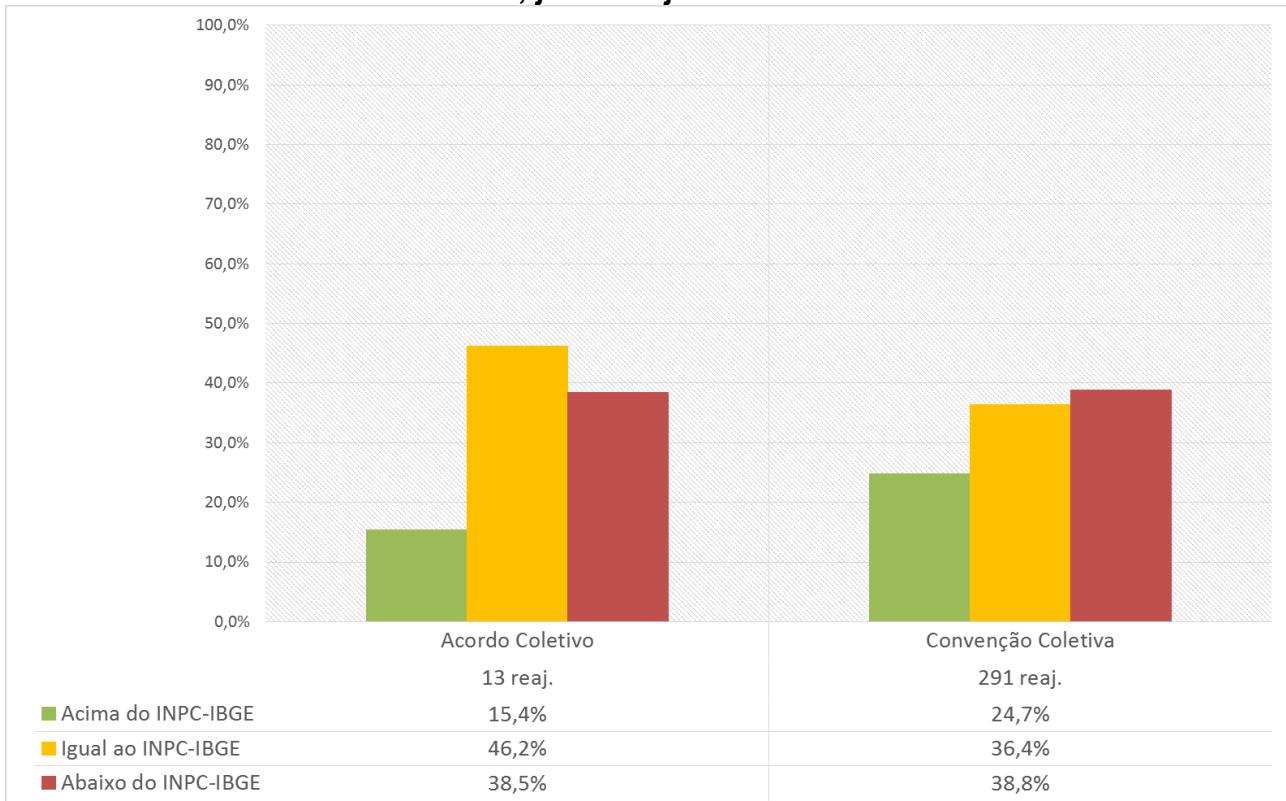
Obs.: Não constam da tabela os dados de duas negociações de abrangência nacional, ambas de processamento de dados, cujo reajustes ficaram abaixo da variação do INPC-IBGE.

Reajustes salariais por tipo de instrumento

A análise dos reajustes segundo o tipo de instrumento coletivo mostra que tanto os acordos coletivos (documentos resultantes da negociação por empresas) quanto as convenções coletivas (documentos resultantes da negociação por categoria) apresentaram percentuais semelhantes de negociações com reajuste abaixo da variação do INPC-IBGE.

A principal diferença é que nas convenções, a incidência de aumentos reais foi maior do que nos acordos.

GRÁFICO 7
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com
o INPC-IBGE, por instrumento normativo
Brasil, janeiro a junho de 2016



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo o ICV-DIEESE

De acordo com a variação da inflação medida pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE, cerca de 56% das unidades de negociação analisadas no primeiro semestre tiveram ganhos reais, 44% tiveram reajustes abaixo da inflação e apenas 0,3% (1 unidade de negociação) teve reajuste igual à variação do ICV-DIEESE⁷.

⁷As diferenças entre os resultados apurados segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE decorrem das diferenças metodológicas existentes, que implicam estimativas diferentes para a inflação. O ICV-DIEESE, que calcula a variação dos preços na cidade de São Paulo, estimou uma variação ligeiramente menor do que o INPC-IBGE, que calcula a variação dos preços em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia. Os valores dos reajustes necessários em cada data-base, segundo os dois índices, são apresentados no Gráfico 8 nos Anexos do estudo.

TABELA 5
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, janeiro a junho de 2016

Variação	nº	%
Acima do ICV-DIEESE	170	55,9
mais de 1% acima	10	3,6
de 0,51% a 1% acima	96	31,6
de 0,01% a 0,5% acima	63	20,7
Igual ao ICV-DIEESE	1	0,3
de 0,01% a 0,5% abaixo	61	20,1
de 0,51% a 1% abaixo	17	5,6
de 1,01% a 2% abaixo	31	10,2
de 2,01% a 3% abaixo	13	4,3
de 3,01% a 4% abaixo	8	2,6
mais de 4% abaixo	43	1,0
Abaixo do ICV-DIEESE	133	43,8
Total	304	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

A análise do balanço dos reajustes do primeiro semestre de 2016 reflete o momento delicado em que se encontram as negociações coletivas brasileiras. Depois de mais de uma década em que a imensa maioria das categorias acompanhadas pelo DIEESE conquistou ganhos reais, nos últimos meses os trabalhadores têm encontrado mais dificuldades em ampliar ou manter o poder aquisitivo dos seus salários. O quadro atual se assemelha muito ao observado na década de 1990 e começo dos anos 2000.

O percentual de reajustes abaixo da inflação, medida pelo INPC-IBGE, é expressivo: 39%. Em paralelo, viu-se o crescimento no número de reajustes parcelados e escalonados. Por outro lado, 37% das negociações analisadas conseguiram recompor as perdas salariais nas datas-bases e 24% conquistaram aumentos reais. Juntas, representam 61% do painel: proporção significativa, dado o momento desfavorável da economia.

De fato, o desempenho das negociações coletivas no primeiro semestre reflete a crise por que passa a economia brasileira. Os indicadores comumente utilizados para explicar o desempenho das negociações salariais – inflação, desemprego e nível de atividade econômica – seguem desfavoráveis aos trabalhadores: a) a inflação ainda se sustenta em patamar relativamente elevado, apesar das quedas sucessivas da taxa acumulada em 12 meses; b) o desemprego elevou-se

abruptamente desde o início de 2015; e c) a atividade econômica continua em queda, embora em ritmo menor.

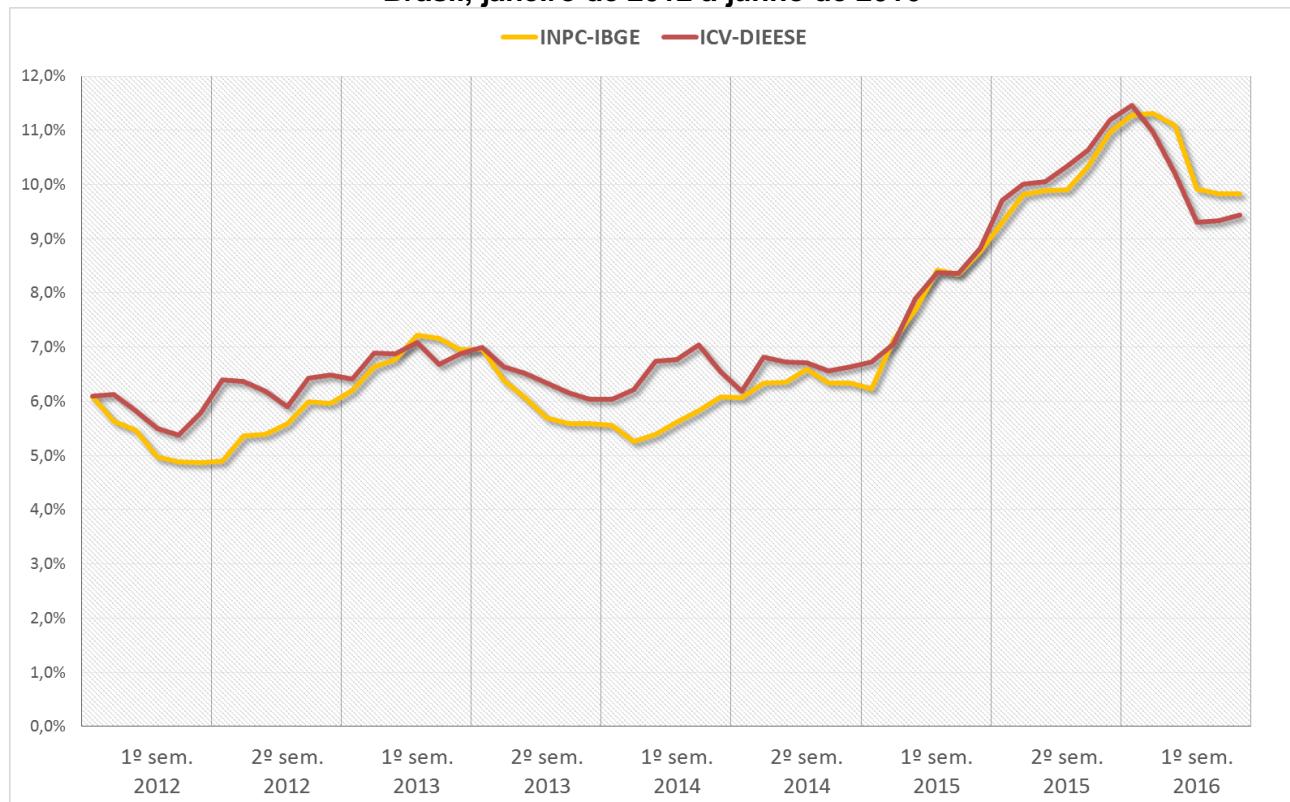
O futuro é incerto e as mudanças ora em curso no quadro político e econômico nacional reforçam o seu nível de indeterminação. Nesse momento de realinhamento das forças políticas e redesenho das políticas econômicas, poucos analistas se arriscam a fazer previsões categóricas. Contudo, alguns indicadores parecem revelar que o momento pior na economia já passou, o que não significa que se possa antecipar a retomada do crescimento econômico.

Apesar disso, é importante lembrar que no segundo semestre ocorrem datas-bases de categorias profissionais com grande capacidade de mobilização. O engajamento das bases sindicais e a habilidade de negociação de suas lideranças poderão fortalecer a posição dos trabalhadores nesse cenário que vem se mostrando desfavorável à ampliação e sustentação do poder de compra de seus salários.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao balanço dos reajustes de 2015. O Gráfico 8 traz a evolução dos reajustes necessários por data-base (inflação acumulada nos 12 meses anteriores), segundo o ICV-DIEESE e o INPC-IBGE. A Tabela 6 traz a distribuição dos reajustes analisados no balanço, segundo data-base. A Tabela 7 apresenta a distribuição dos reajustes de acordo com o tipo de instrumento coletivo. A Tabela 8 mostra a distribuição dos reajustes segundo o setor e a atividade econômica das categorias profissionais. E a Tabela 9 traz a distribuição dos reajustes segundo região geográfica e Unidade da Federação.

GRÁFICO 8
Reajuste necessário nas datas-bases, segundo índice inflacionário, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2016



Fonte: IBGE e DIEESE

TABELA 6
Reajustes salariais, segundo data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2016

Data-base	2012	2013	2014	2015	2016
1º sem.	502	497	497	487	304
Janeiro	82	94	96	94	85
Fevereiro	22	23	24	24	20
Março	98	92	88	90	69
Abril	53	54	55	53	35
Maio	196	184	185	179	82
Junho	51	50	49	47	13
2º sem.	300	287	282	252	-
Julho	31	30	32	29	-
Agosto	32	31	30	29	-
Setembro	87	86	83	81	-
Outubro	57	53	52	48	-
Novembro	80	76	74	56	-
Dezembro	13	11	11	9	-
Total	802	784	779	739	304

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Embora sejam acompanhados os reajustes de um painel fixo de unidades de negociação, o número de registros varia em razão de alguns fatores, dos quais se destacam: a) alteração da data-base das categorias profissionais acompanhadas; b) não encerramento da negociação coletiva; c) extinção da unidade de negociação acompanhada pelo SAS-DIEESE e d) ausência de informação do reajuste.

TABELA 7
Distribuição dos reajustes salariais, segundo tipo
de instrumento coletivo

Brasil, janeiro a junho de 2016		
Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	13	4,3
Convenção Coletiva	291	95,7
Total	304	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais, segundo setor
e atividade econômica
Brasil, janeiro a junho de 2016

Setor / Atividade	nº	%
Indústria	127	41,8
Alimentação	17	5,6
Artefatos de Borracha	1	0,3
Construção e Mobiliário	33	10,9
Extrativista	3	1,0
Fiação e Tecelagem	7	2,3
Gráfica	9	3,0
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,3
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	23	7,6
Papel, Papelão e Cortiça	3	1,0
Química e Farmacêutica	11	3,6
Urbana	3	1,0
Vestuário	16	5,3
Comércio	39	12,8
Minérios e Derivados de Petróleo	5	1,6
Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	2	0,7
Varejista e Atacadista	32	10,5
Serviços	138	45,4
Agentes Autônomos no Comércio	4	1,3
Bancos e Seguros Privados	8	2,6
Comunicações, Public. e Empresas Jornalísticas	7	2,3
Difusão Cultural	6	2,0
Educação	26	8,6
Processamento de Dados	4	1,3
Segurança e Vigilância	16	5,3
Serviços de Saúde	9	3,0
Transportes	18	5,9
Turismo e Hospitalidade	40	13,2
Total	304	100%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 9
Distribuição dos reajustes salariais, segundo região geográfica
e Unidade da Federação
Brasil, janeiro a junho de 2016

Região Geográfica / Unidade da Federação	nº	%
Norte	21	6,9
Amazonas	11	3,6
Pará	8	2,6
Rondônia	2	0,7
Nordeste	76	25,0
Alagoas	2	0,7
Bahia	25	8,2
Ceará	17	5,6
Paraíba	7	2,3
Pernambuco	10	3,3
Piauí	1	0,3
Rio Grande do Norte	10	3,3
Sergipe	4	1,3
Centro-Oeste	28	9,2
Distrito Federal	6	2,0
Goiás	15	4,9
Mato Grosso	4	1,3
Mato Grosso do Sul	3	1,0
Sudeste	103	33,9
Espírito Santo	6	2,0
Minas Gerais	23	7,6
Rio de Janeiro	24	7,9
São Paulo	50	16,4
Sul	74	24,3
Paraná	23	7,6
Rio Grande do Sul	24	7,9
Santa Catarina	27	8,9
Nacional	2	0,7
Total	304	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas, pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais) ou captados no Sistema Mediador, base de dados de instrumentos coletivos mantida pelo Ministério do Trabalho. Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos de comunicação impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação coletiva de salários no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra probabilística.
4. Cada registro refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um contrato formalizado entre as partes.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais acordados por 304 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os reajustes conquistados pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são, em geral, diferentes dos aplicados aos demais salários. No presente estudo, foram considerados somente os reajustes aplicados aos salários superiores aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e variação real média dos reajustes, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, os percentuais aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe técnica responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Frederico Melo (crítica)

José Silvestre Prado de Oliveira (crítica)

Paulo Jager (crítica)

Victor Gnecco Soares Pagani (crítica)

Cátia Uehara (crítica)

Iara Heger (revisão de texto)